



VOZES DA GENTE

Pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba destacam a importância dos espaços participativos realizados em 2023.

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Mãe Érica, é exemplo de resistência e luta pela reparação dos danos ao seu terreiro causados pela mineração.

pág. 04

GESTÃO

Após um ano de incertezas para o trabalho da ATI, 2024 se inicia com o Plano de Trabalho aprovado.

pág. 10

CONQUISTAS

Levantamos 10 conquistas da luta pela reparação integral e justa na bacia do Paraopeba.

pág. 11

EXPEDIENTE

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.



Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Coordenação Estadual
Cauê Melo
Heiza Maria Dias
Luis Henrique Shikasho

Aedas Paraopeba

Coordenação Geral de Projeto
Diva Braga
Flávia Gondim
Nina de Castro Jorge

Coordenação de Comunicação
Elaine Bezerra

Equipe de Comunicação

Jornalistas:

Felipe Cunha, Lucas Jerônimo,
Valmir Macêdo, João Paulo Dias,
Diego Cota

Diagramação:

Aleff Rodrigues, Wagner Paulino,
Arthur Dias

Infográficos:

Aleff Rodrigues

Edição e Revisão:

Elaine Bezerra

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas.

Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

Contatos Aedas Paraopeba:

Região 1 - Brumadinho

(31) 9 9840-1487

atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Região 2 - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas

(31) 97140-4559

atingidosparaopeba2@aedasmg.org

2023: UM ANO DE CONQUISTAS E DESAFIOS



Valmir Macêdo

Espaço Participativo em Betim (MG).

Chegamos ao fim de mais um ano marcado pela luta por reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho. O ano se encerrou com grandes perspectivas da execução das obras para as comunidades Quilombolas na R1 e para as Unidades Territoriais Tradicionais da R2. O processo de detalhamento presencial dos projetos dos Anexos I.3 e I.4 para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) aconteceu com participação da ATI, de acordo com o protocolo de consulta, e foi um importante momento de luta e de respeito às comunidades tradicionais.

O Anexo I.2 também teve avanços, como a inclusão de comunidades da R2 no PTR e, já no final do ano, as Instituições de Justiça autorizaram a FGV a realizar a quitação do antigo Pagamento Emergencial para as pessoas que haviam sido bloqueadas ou negadas indevidamente, e que bebês em gestação na época do rompimento da barragem sejam incluídos no programa.

Nesse ano houve, ainda, o início do processo do Anexo I.1, a partir do resultado da seleção pública para gerenciamento de parte dos recursos para Projetos e Demandas das Comunidades. A parceria formada pelas candidatas Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB, Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus, Instituto E-Dinheiro Brasil foi escolhida como Entidade Gestora deste anexo pelas



O nosso trabalho é assessorar de forma independente as pessoas atingidas, garantindo a participação informada

IJs. No início de dezembro, as Instituições de Justiça deliberaram pela suspensão do processo de escolha. No entanto, a entidade gestora respondeu, disponibilizou documentos e reabriu o processo de diálogo, retomando a negociação e o termo de cooperação que seguirá até o início de janeiro.

Além da reparação prevista pelo Acordo Judicial, houve movimentações em outros aspectos da reparação dos danos do rompimento. Podemos citar a entrega do Plano de Trabalho do Processo pelas ATIs que engloba atividades que não estão no escopo do acordo e, ainda, as decisões que foram tomadas em relação a Indenização Individual dos Danos Coletivos.

O nosso trabalho é assessorar de forma independente as pessoas atingidas, garantindo a participação informada e buscando diminuir o desequilíbrio de forças entre as pessoas atingidas, vítimas do desastre-crime e a Vale, poluidora causadora do rompimento.

VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela reparação integral. O Vozes da Gente da última edição do ano destaca a importância da participação das pessoas atingidas para a reparação integral, ressaltando o papel da ATI como uma ferramenta essencial para fortalecer seus direitos.

AEDAS PARA NOS FORTALECER

“Quero exaltar o esforço da ATI que não mede esforços para esboçar nossos pleitos e nossos pedidos. O nosso último encontro foi em dezembro com as Instituições de Justiça e Fundação Getúlio Vargas. Pude falar das Pessoas com Deficiência. Fiquei muito satisfeito. Vamos esperar que em 2024 nossos pleitos se realizem e que consigamos fazer justiça frente a essa tragédia.



MAURÍLIO JARDIM
Jota, Brumadinho

QUE EM 2024 TENHAMOS MAIS FORÇAS PARA LUTAR

“Terça-feira tivemos uma reunião não presencial e foi muito produtiva. Uma pena que houve o corte de verbas para a Assessoria Técnica. Mas ainda assim, o que a Aedas pode fazer, ela está fazendo, e um bom trabalho, só não faz mais porque a situação está difícil. Eu estou satisfeita com o trabalho da ATI. E que ano que vem tenhamos mais força para lutar.



MARGARIDA TEIXEIRA
Funil, Mário Campos

TEMOS QUE RESPEITAR UNS AOS OUTROS

“O espaço de Ciranda com a Aedas que mais gostei esse ano foi sobre Povos Tradicionais. Temos que respeitar uns aos outros, porque aquela pessoa pode ter uma cor diferente da sua, mas você não é melhor do que ela. Uma coisa que eu queria que mudasse em 2024 é a mineração ter mais consciência, porque passa trem cargueiro aqui destampado, tá poluindo nosso solo, nossas árvores e nossa água.



DANIEL BORGES
11 anos, Casinhas, Brumadinho

O RIO AINDA CORRE, O POVO AINDA LUTA

“Participo das reuniões virtuais de comissão toda quinta-feira. Também gosto muito dos espaços presenciais, são muito produtivos. A Aedas nos dá o suporte que nós precisamos e nos mantém informados. Não é fácil, mas sem a Aedas seria muito mais difícil. Que em 2024 tenhamos paz e amor em nossos corações. Luto por justiça e por reparação.



DIDI MARTINS
Alto da Boa Vista, Citrolândia, Betim

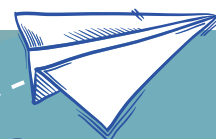


Participe do
Vozes da Gente!
Acesse o formulário
em nosso site e nos
envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://twitter.com/aedasmg)



histórias atingidas

Mãe Érica: uma mulher de axé!

Texto e Fotografias: Felipe Cunha

"DEPOIS DAS MINERAÇÕES, A ENERGIA DO NOSSO TERRITÓRIO MUDOU. FICOU MAIS SECO, ÁRIDO. FICOU TRISTE"



**ÉRICA VIANA
(MÃE ÉRICA)**

- 46 ANOS
- S.JOQUIM DE BICAS

Sem perder a fé em Olorum, Mãe Érica, zeladora de orixá e mãe de santo, nasceu em Belo Horizonte e lidera, há 14 anos, juntamente com sua corrente, o terreiro de Umbanda Tenda Espírita Cabocla Janaína, em São Joaquim de Bicas. Juntos, empenharam-se na construção de um templo sagrado com portas abertas para a rua.

"Aqui é a casa da comunidade. Recebo pessoas durante toda a semana: idosos, pessoas com deficiência, com saúde mental adoecida, crianças e mulheres", destaca Mãe Érica. No entanto, parte da estrutura de seu terreiro está comprometida e correndo risco de ceder.

Os problemas estruturais no terreiro começaram devido aos impactos causados pelo maquinário pesado e obras para pavimentação das ruas. "Ventilou-se que as mineradoras haviam firmado contrato com a prefeitura para asfaltar o bairro, mas as consequências foram desastrosas. Atualmente, convivemos com o medo de que parte do terreiro desabe."

Hoje, com o apoio da Aedas, Mãe Érica luta pela integridade estrutural do terreiro, acionando as Instituições de Justiça e órgãos responsáveis, buscando garantir a segurança do local e manter as portas abertas para a comunidade.

"Nossa reivindicação é por reparação. Isso é o mínimo! Queremos melhorias para que



“
Nossa reivindicação é por reparação. Isso é o mínimo!

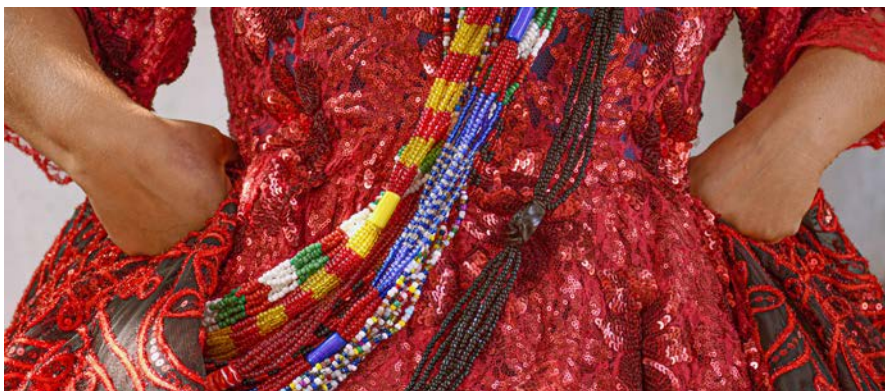
ninguém corra riscos frequentando aqui, e para que o terreiro permaneça acessível à comunidade. Não posso deixar de receber meus consulentes."

Em relação ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, Mãe Érica destaca: "temos uma cidade com um rio próximo [Paraopeba] que costumávamos ir a pé, com diversos pontos de força para nossos rituais e busca de

energias. Contudo, a mineração devastou o rio e a maioria das matas ao redor, conhecidas como macaia, locais de nossas práticas de umbanda."

Não havendo mais macaia por perto, Mãe Érica tem que ir à outra cidade para realizar seus trabalhos. "Sinto essa ausência de pontos de força. A espiritualidade e as forças ativas da natureza precisarão trabalhar intensamente para reverter essa situação. O impacto não é apenas físico, é espiritual. Um crime de irresponsabilidade, um crime previsto, que me impede de cumprir minhas obrigações como mãe de santo dentro da cidade."

Sobre sua ligação com a natureza, Mãe Érica relata: "se eu perder meu axé eu morro. Se eu não tiver a força ativa do meu orixá, eu perco minha energia. Eu coexisto com a natureza. Tenho que ir para outra cidade com água limpa e energizada, sendo que tinha em abundância aqui. Eu dependo da natureza e de seus elementos para me limpar e limpar os meus."



Participação em tudo!

TERRITÓRIOS. Para a Aedas, o trabalho de campo sempre foi prioridade

Karina Morais

É com esse tom, ecoando as vozes das pessoas atingidas, em sua diversidade, que finalizamos o ano de 2023. Reforçando uma premissa de atuação da Aedas, desde a sua fundação: a centralidade do sofrimento da vítima, enquanto princípio indiscutível.

Somos parte de uma conquista importante da luta das comunidades atingidas, por direito à Assessoria Técnica Independente. Compreendemos que **toda conquista é fruto de construção coletiva e que a defesa**

de direitos só é possível com participação informada.

O ano de 2023 trouxe desafios sensíveis à atuação da ATI junto às pessoas atingidas, sobretudo por conta do corte orçamentário, que implicou na reestruturação do Projeto Paraopeba. Em **janeiro** de 2023, enviamos o Plano de Trabalho 05 que, embora tenha sido aprovado no mês seguinte, em **fevereiro**, não pôde ser implementado em função da significativa redução orçamentária dos Planos de Trabalho aprovados, que ocorreu em **março**. Esse contexto nos impôs a necessidade de iniciarmos,

em abril, um processo profundo e imediato de desmobilização e reestruturação metodológica e financeira do Projeto Paraopeba. **108 profissionais, que atuavam em áreas multidisciplinares, foram demitidos** e, ao passo em que reestruturávamos

o projeto, reescrevíamos o Plano de Trabalho, buscando garantir o escopo de atuação da ATI com a melhor qualidade possível diante do novo cenário. Inevitavelmente, as atividades participativas diminuíram, mas jamais saímos de campo.

“**As atividades participativas diminuíram, mas jamais saímos de campo.**”



janeiro



**PT 05
enviado
às IJs**

fevereiro



**Aprovação
do PT 05
pelas IJs**

março



**Cortes no
orçamento
das ATIs**

abril



**Início da
desmo-
bilização**



108 profissionais
que atuavam em áreas
multidisciplinares foram demitidos

Sem participação não há Reparação!

Sabemos que, sozinhos, não seria possível nem coerente enfrentar esse contexto. Assim, apesar do aumento significativo nos trabalhos de gestão, face a redução das nossas equipes e a reestruturação do projeto, seguimos caminhando lado a lado com as comunidades atingidas.

Ao longo de 2023, nas regiões 01 e 02, realizamos cerca de **104 reuniões com Comissões de Atingidas e Atingidos**, com periodicidade semanal, além de reuniões quinzenais específicas com Comissões de Povos e Comunidades Tradicionais de Religião Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA).

No que se refere aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), de ambas as regiões, foram **74 espaços participativos**, incluindo as reuniões com Comissões de PCTRAMA; seminário temático de autoidentificação; visitas técnicas para elaboração dos documentos orientativos dos projetos do Anexo I.3; reuniões comunitárias para contribuições de Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, dentre outros.

Além disso, ao longo do ano, mobilizamos diversos outros espaços participativos: acompanhamento emergencial para período de chuvas; construção do 25 de Janeiro junto à população atingida; acompanhamento em atos públicos; reuniões comunitárias; visitas técnicas junto aos Agentes Multiplicadores e para casos de extrema vulnerabilidade; entregas presenciais do Jornal Vozes Paraopeba; acompanhamento de visitas e reuniões junto às Instituições de Justiça; Encontro de Mulheres; dentre outros. Foram mais de **600 espaços participativos**, da R1 e R2, ao longo do ano, com cerca de **4000 participações**, além de **20 espaços participativos com as crianças: a ciranda da Aedas!**.

Durante o processo de reestruturação, além do diálogo semanal com as comissões, mobilizamos também uma **Oficina de construção do Plano de Trabalho 06** com as comunidades atingidas, que contou com as importantes contribuições de cerca de **260 participantes**.

104 reuniões de Comissões de Atingidas e Atingidos

74 espaços participativos dos PCTs

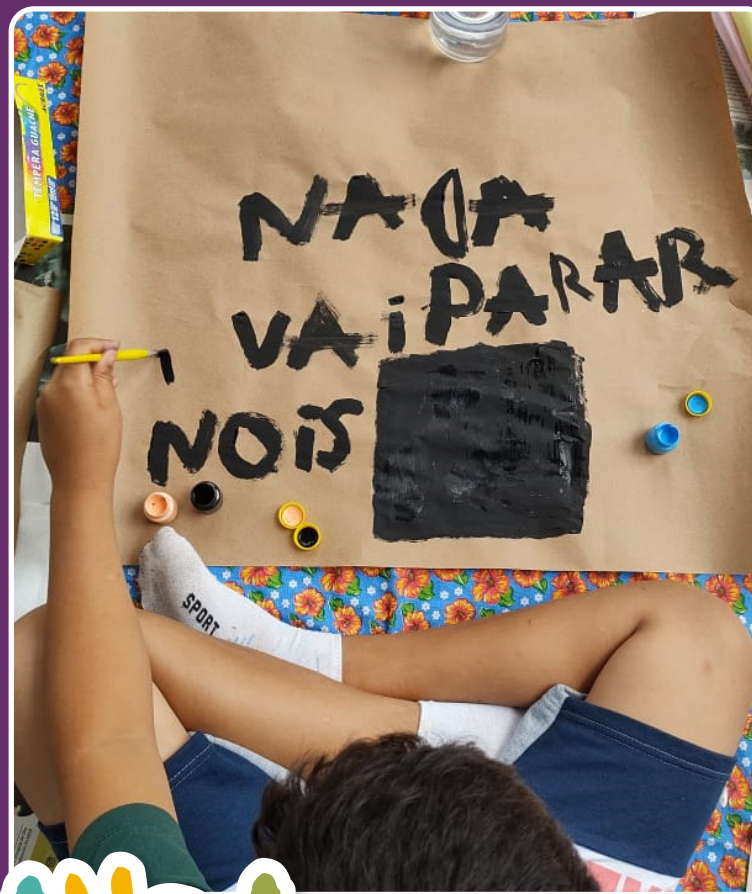
+ de 600 espaços participativos

quase 4000 participações



CIRANDA

20 cirandas da Aedas no ano



Fotografias: Equipe Aedas

outros espaços participativos:

- acompanhamento emergencial para período de chuvas
- construção do 25 de Janeiro junto à população atingida
- acompanhamento em atos públicos
- reuniões comunitárias
- visitas técnicas junto aos Agentes Multiplicadores
- visitas técnicas para casos de extrema vulnerabilidade
- entregas presenciais do Jornal Vozes Paraopeba

Oficinas de construção do Plano de Trabalho 06

Durante o processo de reestruturação, além do diálogo semanal com as comissões, mobilizamos também uma Oficina de construção do Plano de Trabalho 06 com as comunidades atingidas, que contou com as importantes contribuições de cerca de

260 participantes.

INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RETOMAM SELEÇÃO PÚBLICA DA ENTIDADE GESTORA



Gabriela Cotta

Gabriela Cotta

Atingidos em reunião sobre o Anexo I.1 com IJs e Entidade Gestora

ANEXO I.1.

O anexo que prevê projetos para as comunidades também foi pauta de reunião com lideranças com IJs e Cáritas

Da Redação

As Instituições de Justiça (IJs) comunicaram, no dia 19 de dezembro, a retomada do processo de seleção pública da Entidade Gestora que vai gerir os recursos destinados para os Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas, previsto no Acordo Judicial de Reparação, assinado em 2021.

A seleção havia sido suspensa em 4 de dezembro, mas, após reunião com o

consórcio vencedor, liderado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, que aconteceu no dia 14/12, foram definidos encaminhamentos para a continuidade do planejamento de atuação no território atingido.

Além da retomada, foi comunicado que as IJs vão enviar para a Cáritas uma minuta do Termo de Colaboração, com objetivo de estabelecer regras para a elaboração da proposta definitiva. A Entidade Gestora escolhida, por sua vez, terá até o dia 15 de janeiro de 2024 para apresentar suas considerações

sobre a minuta, ao mesmo momento que deve apresentar seu Plano de Trabalho.

Foi comunicado também que, estando as partes - IJs e Entidade Gestora - de acordo, será feita a assinatura do Termo e terá início a contagem dos 90 dias para elaboração da proposta definitiva junto às populações atingidas da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias.

O Comunicado das Instituições de Justiça pode ser acessado no nosso site aedasmg.org.

ATINGIDOS PAUTAM PARTICIPAÇÃO AMPLIADA

Lideranças das comunidades atingidas, grupos auto-organizados da Bacia do Paraopeba e Movimento dos Atingidos por Barragens se reuniram nesta quarta-feira (20) com Instituições de Justiça (IJs) e a Entidade Gestora do Anexo I.1 para um diálogo sobre a participação ampliada na efetivação dos projetos do Anexo.

Uma das solicitações feita pelos atingidos foi a publicação do texto do Termo de Colaboração a ser firmado entre as Instituições de Justiça e a Cáritas. Ainda no final da tarde do dia 20 de dezembro, um rascunho do Termo foi publicado no site do Ministério Público de Minas Gerais. Você também pode encontrar o Termo no nosso site aedasmg.org.

Lideranças atingidas exigem participação ampliada no Anexo I.1

JUIZ DECIDE A FAVOR DO INÍCIO DA LIQUIDAÇÃO COLETIVA DOS DANOS INDIVIDUAIS

REPARAÇÃO INDIVIDUAL.

A decisão tem como objetivo a identificação dos danos para a construção de uma matriz

Da Redação

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, Murilo Silvio de Abreu, determinou o início da fase de liquidação coletiva dos danos individuais homogêneos. A decisão foi publicada na segunda-feira (18/12) e atende a uma petição das Instituições de Justiça (IJs) protocolada no âmbito da ação coletiva, em agosto de 2022.

A liquidação coletiva tem como objetivo identificar os danos individuais que foram causados pelo desastre-crime do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale, em janeiro de 2019. E, com isso, possibilitar a criação de uma matriz de danos.

Nessa fase, serão criados, dentro do processo coletivo, critérios objetivos que permitam a identificação dos danos das pessoas atingidas, quais as formas de comprovação e os valores das indenizações, facilitando ao próprio poder judiciário analisar os milhares



Juiz Murilo Silvio de Abreu com lideranças atingidas na 2ª Vara da Fazenda.



Equipe de pesquisa do Subprojeto 58 do Projeto Brumadinho UFMG.

de casos individuais de uma forma otimizada, eficiente e mais rápida.

Na decisão, o juiz Murilo determinou a efetivação do Projeto Brumadinho, da UFMG, como perícia técnica e garantiu o trabalho das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) no procedimento de elaboração da matriz de danos.

Outro ponto importante definido pelo juiz foi a inversão do ônus da prova. Esse é um termo jurídico que significa que em casos de análise se uma pessoa é atingida ou não, se os seus danos devem ser indenizados ou não, quem tem que provar é a própria Vale e não as pessoas atingidas.

Para isso, no entanto é necessário que sejam apresentadas formas de comprovação mínimas por cada pessoa atingida.

O objetivo é identificar os danos individuais causados pelo rompimento

Esse é um passo importante para que a população atingida da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias possam ser reparadas individualmente pelos danos sofridos, independentemente da execução das demais obrigações da Vale em relação aos direitos coletivos, que foram assumidas no Acordo Judicial firmado em fevereiro de 2021.

PRÓXIMOS PASSOS

Com a decisão, foi determinado que o Projeto Brumadinho - UFMG se manifeste se aceita o cargo de perito oficial durante a fase de liquidação. Em caso de aceite, será determinada a realização de uma audiência para que as partes apresentem suas manifestações sobre os caminhos técnicos e metodológicos que pretendem acionar.

Após isso, será concedido o prazo para que as Assessorias Técnicas Independentes apresentem seus planos de trabalho específicos para a fase de liquidação coletiva.

Veja decisão no site
aedasmg.org

APÓS ANOS DE INCERTEZAS, 2024 INICIA COM PLANO DE TRABALHO APROVADO

ASSESSORIA.

Em 2023, cortes de recursos impuseram redução do quadro técnico e estrutura da Aedas, mas a reorganização do trabalho mantém a garantia de atendimento as comunidades atingidas

Lucas Jerônimo

O ano de 2023 foi marcado por uma nova configuração do trabalho desempenhado pela Aedas enquanto Assessoria Técnica Independente dos Atingidos e Atingidas na Bacia do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias.

Com o corte de 50% dos recursos destinados às atividades de assessoria, a atuação foi reduzida e, consequentemente, o processo de acompanhamento técnico prejudicado. O valor máximo definido é de R\$ 150 milhões para o prazo de 30 meses, distribuído entre as 05 regiões.



Se tem corte, tem menos gente trabalhando, nos ouvindo e dando respostas



Equipe da Aedas em atividade de campo.

Para se adequar à nova realidade, foi necessário extinguir alguns cargos e desligar 108 pessoas do trabalho. A estrutura do escritório da ATI em Brumadinho foi redimensionada e o município passou a contar apenas com um ponto de apoio. As áreas temáticas, tiveram suas equipes diminuídas de 24 para 19 para as duas regiões. As atividades presenciais nos territórios atingidos, visitas técnicas e espaços coletivos com as lideranças atingidas também foram reduzidas.

Para Flávia Gondim, coordenadora institucional do projeto Paraopeba, o principal impacto é justamente nas respostas e entregas feitas aos atingidos. “Quando a gente fala de gestão e de organização do trabalho, a gente fala de prestar o melhor assessoramento possível as pessoas na

ponta. Isso é garantia do direito. Quando a gente fala desse prejuízo de gestão do processo e do planejamento, a gente está falando exatamente do prejuízo ao assessoramento a população atingida na ponta”, afirma.

Imprevisibilidade e instabilidade

O comunicado do corte de recursos foi feito pelas Instituições de Justiça (IJs) em maio deste ano. A partir de então, houve uma intensa desmobilização, em um curto espaço de tempo. Antes disso, as ATIs já operavam em um cenário de instabilidade e incertezas.

Em julho, foi assinado um Termo de Compromisso que formalizou a definição das IJs sobre limite de recursos financeiros, tempo e escopo mínimo de atuação, além da distribuição

dos recursos destinadas às ATIs para as regiões da Bacia.

O direito à Assessoria Técnica Independente permite que o povo atingido participe do processo de reparação: “Se a gente para pra pensar, a gente vai ver e entender as limitações da assessoria. Houve corte. Se tem corte, tem menos gente trabalhando, nos ouvindo e dando respostas”, pontua Ilza Márcia, atingida do Bela Vista, em Brumadinho.

Plano de Trabalho Aprovado

O Plano de Trabalho 06 foi aprovado na última semana e é fruto de trabalho intenso da assessoria técnica. Desde a assinatura do acordo, foram escritos 6 Planos de trabalhos. Um grande processo de luta pela regularização da nossa atuação em termos de gestão.

O PT 06 já foi escrito no contexto do corte, mas, apesar disso, ele representa uma organização do trabalho da assessoria técnica nos próximos semestres. “Iniciar 2024 com o Plano de Trabalho aprovado é uma conquista, uma vitória em termos de gestão para garantia do direito à assessoria técnica, com previsibilidade orçamentária, com organização das atividades, com lastro de atuação que permite que a gente consiga prestar assessoria técnica e garantir esse direito da maneira que as pessoas atingidas, enfim, merecem e devem ter, enfatizou Flávia.

10 CONQUISTAS QUE MARCARAM O ANO DE 2023

O ano foi de muitos desafios, persistência e luta pela garantia de direitos e por justiça. Algumas notícias nos desanimaram, mas é importante lembrar, também, das conquistas e vitórias. A seguir, reunimos algumas delas:

1 Detalhamento dos projetos dos Anexos I.3 e I.4 com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Os projetos preveem a construção de centros culturais nos quilombos de Brumadinho e ações de segurança hídrica e educação em Unidades Territoriais Tradicionais da Região 2.



2 Em 2023 foi lançado o protocolo de consulta dos PCTRAMA e a construção do protocolo de consulta da Rua Amianto, em Brumadinho.



3 Foi realizado o primeiro seminário de PCTs de Brumadinho, com a presença de 12 comunidades.

4 Em março de 2023 foi escolhida pelas Instituições de Justiça (IJs) a Entidade Gestora formada pela parceria liderada pela Cáritas Regional Minas Gerais, para gerenciar parte dos recursos do Anexo I.1. Em agosto, o juiz homologou a escolha. A expectativa é que em 2024 o Anexo I.1 consiga avançar, com a participação popular, para os projetos de demandas das comunidades e no acesso ao crédito e ao microcrédito.



5 Em 14 de março, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, Murilo Silvío de Abreu, acolheu o pedido das IJs e determinou a liquidação coletiva dos danos individuais. A Vale recorreu e a decisão foi suspensa. No dia 18 de dezembro, o juiz emite uma nova decisão favorável à liquidação coletiva. Esse processo tem por objetivo: definir QUAIS são os danos que podem ser indenizados e definir os VALORES/PREÇOS desses danos. Foi uma decisão histórica pelos avanços que poderá trazer para a população atingida, no campo da reparação individual.



6 Em novembro, o juiz Murilo Silvío decidiu pela divulgação do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde e Risco Ecológico e das perícias da UFMG. A decisão também reconheceu a atuação das ATIs no processo.

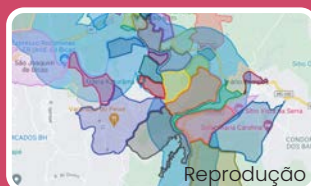


7 As IJs autorizaram a Fundação Getúlio Vargas (FGV) a realizar a quitação do antigo Pagamento Emergencial para pessoas bloqueadas ou negadas indevidamente pela Vale. Foi uma conquista para centenas de pessoas atingidas que tiveram seu direito negado.

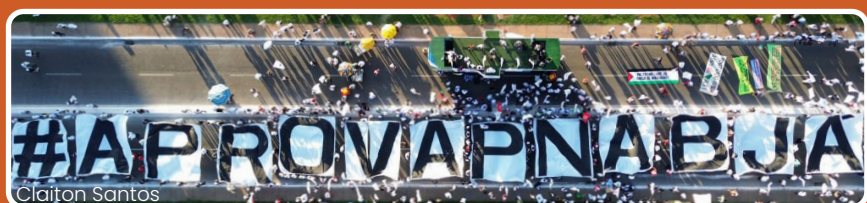


8 A FGV também anunciou que vai pagar auxílio para nascidos até novembro de 2019, considerando enquanto pessoa atingida as crianças que estavam sendo gestadas. A decisão foi tomada pelas IJs após pedido da Aedas construído junto com as pessoas atingidas.

9 A comunidade Santa Ana foi reconhecida nos critérios de recebimento do PTR. A partir do envio do pleito da comunidade, com suporte da Aedas, a poligonal Santa Ana foi incluída no programa.



10 O presidente Lula sancionou, no dia 15 de dezembro, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, a PNAB. Com a aprovação da lei, são estabelecidas regras de responsabilidade social das empresas causadoras de danos. Até então, não existia nenhuma legislação de alcance nacional que falasse sobre os direitos das pessoas atingidas.



Ano Novo com **Justiça e Reparação:**

Reconstruir **nossa história, nossa vida,
nossa memória, nossos Projetos!**



A equipe Aedas deseja que o Natal
e Ano Novo de cada pessoa atingida,
seja um momento de **paz, memórias
e direitos respeitados, esperanças
renovadas, sonhos e projetos realizados.**